



Participação cívica de indígenas antropólogas no contexto da pandemia de Covid-19: do isolamento social às articulações e resistência políticas

Daniel Lucas Dejavite de Biagio¹

Resumo

Em 2020 e 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, produzi a iniciação científica “Indígenas antropólogas/os brasileiras/os e suas produções sobre a pandemia da Covid-19: percepções de direitos e políticas públicas”, orientado pela Profa. Ana Pastore Schritzmeyer. Indígenas antropólogas/os localizavam-se em posições potencialmente transformadoras ao direcionar seu olhar a produções não indígenas. Desse lugar, possibilita-se desestabilizar saberes e concepções de direitos tradicionalmente marcados pela colonialidade, através de formas inovadoras de organização social. Sua atuação política e científica poderia, assim, proporcionar novas maneiras de pensar a categoria “antropóloga cidadã”, especialmente na pandemia, um fenômeno social total. A coleta e sistematização das produções dessas pesquisadoras resultaram em quatro categorias representativas: Impactos da pandemia nos povos indígenas; Cosmologias em confronto; Saúde e conhecimentos tradicionais; Solidariedade indígena e resistência política. Os resultados evidenciam a violência dos efeitos da pandemia nas autoras e em seus povos, bem como a necessidade de construção de articulações de resistência plurais e de diversos âmbitos – pessoal, institucional e/ou coletivo, tal qual a Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogas. Tais considerações figuram posições na interlocução entre Academia e sociedade, antropologia e participação cívica, o que, por fim, nos ajuda a compreender o que a pandemia tem a dizer sobre nós.

Palavras-chave: Antropologia Jurídica, Covid-19, Pandemia, Participação Cívica, Políticas Públicas, Povos Indígenas.

¹ Graduando/Universidade de São Paulo. E-mail: danieldejavite@gmail.com.

Introdução

Em reflexão anterior aos debates que conduziram à Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a antropóloga Mariza Peirano (1985: 38) argumentava que a/o antropóloga/o brasileira/o² vivenciava, naquele momento, uma dupla alteridade ao estudar o Outro presente no território nacional. Ou seja, ainda que o Outro possa estar situado em um campo distanciado, não integrado social e/ou ideologicamente à nação, a/o antropóloga/o brasileira/o, concomitantemente, é, segundo a autora, também um Outro distanciado – agora em relação à comunidade acadêmica internacional, já que os centros intelectuais de países do Norte global a/o situam em posição inferiorizada. A partir dessa condição, a autora conclui que o fazer antropológico brasileiro está permeado por uma responsabilidade cívica, haja vista que a atuação enquanto cientista social também carrega uma atuação política, fato que constitui o “antropólogo cidadão” de que fala Peirano, capaz de desestabilizar saberes e práticas centradas no Norte e em aspectos etnocêntricos.

Por outro lado, ao adentrar nas universidades, a/o indígena brasileira/o se vê diante da dupla alteridade mencionada por Peirano, entre outras problemáticas advindas do “cerceamento” de indígenas nas universidades (Cruz, 2017: 105). Todavia, a/o indígena antropóloga/o se localiza numa posição potencialmente transformadora, pois direcionando seu olhar ao que é produzido pelo Outro “branco” – seja no que tange às produções acadêmicas, seja em relação a políticas públicas implementadas por um governo não indígena –, pode desestabilizar um saber e um direito tradicionalmente marcados pela colonialidade (Ballestrin, 2013). A atuação política e científica da/o antropóloga/o indígena pode proporcionar uma nova maneira de pensar a categoria “antropóloga/o cidadão/o”, especialmente no contexto da pandemia da Covid-19, entendida como um “fenômeno social total”.

A análise da interação entre os antropólogos indígenas e as políticas públicas de enfrentamento à Covid-19 também podem proporcionar formas inovadoras de avaliar uma antropologia marcada pela “alteridade de contato” (Fleischer: 62), ou seja, aquela que versa sobre as interações específicas entre populações autóctones e os grupos não indígenas com quem mantêm contato físico e simbólico. Apreender tais relações pode nos auxiliar a questionar uma visão excessivamente formalista do direito, que, por vezes, não

2 O presente artigo utiliza o feminino universal como estratégia política.

abarca as especificidades concretas de diversos grupos, cujos múltiplos marcadores sociais da diferença assinalam uma realidade distinta daquela visualizada no momento de formulação das políticas públicas.

A proposta de uma pesquisa que utiliza a “alteridade de contato” entre indígenas antropólogas/os e as políticas públicas direcionadas às suas comunidades é transpassada pelo entendimento de que tais pesquisadoras/es – e seus respectivos povos – não são um corpo monolítico. Suas vozes e percepções são plurais. Ainda assim, compreender pontos de aproximação e de afastamento entre as/os diferentes pesquisadoras/es no contexto pandêmico pode ser revelador: a antropóloga Denise Pimenta, por exemplo, demonstra que uma epidemia diz mais sobre nós mesmos do que “sobre a própria doença” (Os custos..., 2020).

O problema da pesquisa que originou esse presente trabalho, portanto, é o que a pandemia de Covid-19 tem dito “sobre nós mesmas/os” a partir das análises que indígenas antropólogas/os têm publicado em boletins, podcasts, lives, seminários, palestras, conferências, debates, minicursos etc. A iniciação científica foi desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, no âmbito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre agosto de 2020 e agosto de 2021.

A expectativa inicial era que, ao final da pesquisa, fosse possível: i) demonstrar o quão intensas, densas e profícuas são as produções de indígenas antropólogas/os sobre a pandemia, de maio de 2020 a maio de 2021; ii) contribuir para a expansão de novas pesquisas, especialmente no campo da antropologia do direito e das políticas públicas para povos indígenas, com a indicação de temas especialmente correlatos a essas subáreas; e iii) investir na fronteira interdisciplinar entre antropologia-direito-saúde, pontuando referenciais teórico-metodológicos relevantes para futuras disciplinas a serem ministradas em cursos de graduação e pós-graduação dessas áreas.

Impactos da pandemia nos povos indígenas brasileiros entre 2020 e 2021

“yi”i purika katí sirisa opi, te’á mariâ dutirã – Eu ainda não quero morrer! Maria, vamos fugir!” (Azevedo *et al.*, 2021: 206)³.

A frase acima sintetiza, em poucas palavras, um dos sentimentos mais evidentes nos materiais coletados e analisados no presente trabalho: o medo do falecimento em decorrência das complicações do novo coronavírus. Todavia, gostaríamos de evidenciar alguns elementos aí presentes, uma vez que, a partir deles, construímos um caminho que nos permite compreender modos particulares de lidar com esse medo através de práticas, saberes e histórias ancestrais.

As palavras, em tukano, de Benedito Dias, articulam elementos simbólicos de diversos povos indígenas brasileiros. Primeiramente, é uma exclamação dirigida à sua esposa Maria, em que o medo é compartilhado com ela. Em segundo lugar, chama para a ação de fugir, não é restrita a ele, pois também abarca Maria. E em terceiro lugar, provoca o questionamento: fugir para onde?

Após estudar os inúmeros relatos aqui coletados, compreendemos que a fuga é um método ancestral de proteção e cuidado em povos indígenas brasileiros. Não se trata somente de fugir das pessoas ou do vírus corporificado nelas, mas uma estratégia resgatada das memórias de Benedito, cujos pais “adentravam a cabeceira do rio Cunuri” para se proteger das ameaças trazidas pelos brancos (Azevedo *et al.*, 2021: 206). Historicamente, as epidemias foram responsáveis por intensas perdas entre as populações tradicionais brasileiras, como demonstra o indígena e antropólogo Gersem dos Santos Luciano⁴ (Queiroz, 2020), razão pela qual os relatos dessas cicatrizes transpõem gerações.

O refúgio que se encontra nas regiões mais afastadas dos centros urbanos e mais próximas às áreas de floresta densa é uma estratégia compartilhada em muitos relatos coletados (Cf. Barreto, S., 2020; Gouveia, 2020; Ramos, 2020; Rezende, 2020a; Salgado, 2020; Souza, 2020). Segundo Sílvio Barreto⁵:

3 Frase dita por Benedito Dias, parente de Sílvio Barreto, indígena e antropólogo do povo Baré (Azevedo *et al.*, 2021).

4 Indígena do povo Baniwa, é professor no Departamento de Educação Escolar Indígena da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

5 Indígena e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Compõe o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM).

[...] Muitas famílias adentravam nas cabeceiras dos rios, dos lagos ou iam às casas das roças, para fugir das doenças por um tempo indeterminado. Como os velhos não sabiam nem conheciam [...] o tratamento e [...] (a) cura, o jeito era fugir dessas doenças. (Barreto, S., 2020).

Com isso, e considerando a alta transmissibilidade da SARS-CoV-2, compreendemos que o medo de Benedito não deve ser lido apenas como um relato isolado, individual, extraído de seu contexto. Indígenas vivenciam o medo das epidemias de forma distinta das pessoas não indígenas, uma vez que seus passados ilustram um histórico violento de perdas humanas por conta de contaminações. A fuga é coletiva. Entretanto, como fugir com parentes em meio a uma pandemia que demanda isolamento social?

Grande parte das/os indígenas antropólogas/os consideradas/os neste trabalho demonstraram preocupação com o contágio de familiares, bem como evidenciaram o luto pelo falecimento de algumas/uns delas/es. Francineia Bitencourt Fontes Baniwa⁶, por exemplo, relata as perdas que vivenciou com a pandemia: sua tia, o pai de seu marido, a esposa de seu primo (que faleceu durante o parto) e outra parente próxima, cujo recém-nascido morreu no parto. O luto é partilhado pela aldeia e transmitido aos jovens através de histórias contadas pelos mais velhos: “Já ouvi muitos relatos da boca de meus avós [...] sobre o sarampo, a catapora e a coqueluche dos tempos dos seringais. [...] Eles faziam um buraco enorme e ali colocavam 5, 6, 7 pessoas” (Fontes, 2020).

Ainda sobre o luto, importa mencionar que Justino Sarmento Rezende⁷, em análise acerca da forma como a Covid-19 impacta ritos e tradições enraizadas em povos indígenas do noroeste amazônico, argumenta que a doença em questão é destrutiva porque corrói o sentido familiar e social que envolve doentes e falecidos, já que, em diversas aldeias, os parentes não puderam se aproximar dos mortos para se despedir.

O Covid-19 atinge profundamente as cerimônias rituais fúnebres dos povos do noroeste amazônico, dos Yanomami e de todos os povos do mundo, pois tira a dignidade da pessoa humana viva e do falecido, de fazer despedida e de ser despedido, de agradecer e ser agradecido pelos familiares, amigos e conhecidos. No caso do povo Yanomami,

6 Indígena e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

7 Indígena do povo Tuyuka e doutorando em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

impossibilitaria a realização da cerimônia ritual fúnebre do parente, com a participação dos moradores de um *xapono* e os parentes de outros *xaponos*. A cerimônia ritual fúnebre cria conexões com as vidas humanas, vida dos espíritos, vidas do mundo, harmonização da convivência e apaziguamento de tudo que pode nos prejudicar (Rezende, 2020a).

Várias/os autoras/es acabaram por se concentrar no impacto da pandemia em relação a si mesmas, especialmente aquelas/es que vivenciaram o isolamento advindo da implantação da quarentena em territórios urbanos, longe de suas aldeias e de seus povos. É o caso de Eliene Rodrigues Putira Sacuena⁸, de Sandra Benites⁹ e de Eriki Aleixo de Melo¹⁰.

Após o início da pandemia, Eliene Sacuena optou por ficar em casa com sua família mais próxima, na cidade. De acordo com a autora, vivenciar a quarentena, nesse contexto, foi extremamente desafiador, haja vista que considera o centro urbano como “um modo de prisão”¹¹. Tal posição encontra consonância com a experiência vivida por Sandra Benites, que enfrentou a quarentena na cidade do Rio de Janeiro, onde vivenciou grande angústia e aflição em decorrência da lógica apática, fria e violenta da cidade (Benites, 2020a).

Para a autora, esse fenômeno é caracterizado por um “surto”, um sentimento que é consequência esperada do estado de aprisionamento que indivíduos enfrentam no cotidiano urbano, mesmo antes da quarentena ter se iniciado, mas que se intensificou com o seu advento: “Todos deveriam surtar por serem punidos, aprisionados, cercados numa jaula minúscula” (Benites, 2020a).

Benites relata que aqueles corpos que se movimentam – que detêm o direito de se locomover, em contraposição aos encarcerados – são afetados por uma sensação de frieza, especialmente diante da violência urbana. Ela relata, em seu texto, que ao ver uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, marcada pela violência policial, em plena crise sanitária provocada pela Covid-19, sua reação foi

8 Indígena do povo Baré, localizado no alto curso do Rio Negro. É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

9 Indígena do povo Guarani Nhandewa e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

10 Indígena do povo Wapichana e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

11 Cf. Rodrigues, 2021.

pensar em sua avó e no canto que ela sempre ouvia enquanto sonhava: “o grito *sapukai*”, o canto sagrado que pode surgir da tristeza, da alegria ou da raiva.

Aquelas/es que não possuem meios de canalizar a frustração e outros sentimentos advindos do contexto urbano acabam por cair em um estado de frieza e de uma apatia que imobiliza, uma doença, nos termos da autora¹². Sandra Benites argumenta que pessoas com sentimentos (*py'a*) são aquelas que realmente podem chorar, sofrer, cantar, delirar, etc, logo, o cuidar de si em conjunto com outras pessoas é uma forma de canalizar os sentimentos em conversas, diálogos coletivos (*nhemonguetá*). Para a autora, é preciso cuidar do bem estar para além de curar a doença, seja ela a doença da frieza, seja a do organismo, o que também argumenta Eliene Putira, tanto em entrevista concedida a nós (Rodrigues, 2021), quanto em sua participação no colóquio do 44º Encontro Anual da ANPOCS (ANPOCS, 2020).

Portanto, vivenciar uma pandemia é, para Benites, mais do que vivenciar um sistema de abandono do *nhemongueta*: significa vivenciar uma realidade em que alguns corpos são vistos, informados, cuidados, enquanto outros são aprisionados no sofrimento físico e emocional. A autora, uma mulher Guarani, relata que teve de viver conforme uma lógica completamente discrepante da do seu povo, especialmente no que tange ao cerceamento, uma vez que, na aldeia, não existe pessoa cercada, somente existe cerca para crianças que estão aprendendo a andar: “Entendemos que existem cercas para nos apoiar e nos ensinar a andar firme e não para confinar e encarcerar nossos passos” (Benites, 2020).

Cosmologias em confronto

As cidades não seguem os sistemas e não pensam como Guarani, portanto tive que me movimentar de acordo com os movimentos de onde estou vivendo. Não há como pensar como Guarani ou não ser capturado por essa frieza do contexto do lugar onde estou inserida. Mas esse nem sempre é meu jeito de ser, e sim marca que carrego – tive que carregar – do lugar. Essa minha tristeza, que às vezes se transforma em fúria, vem da minha angústia, de não ter para onde olhar para ver coisas diferentes, de não poder ficar sentada no chão, ouvindo a voz dos meus parentes cantando, rindo ou falando em guarani, para meu *py'a* ficar mais calmo. O sofrimento físico, a dor do corpo que vem do castigo da opressão, pode se tornar uma fúria ou tristeza, passa das sensações como se fosse respiração tóxica, insuportável, como se fôssemos espíritos criminosos, responsáveis pela nossa morte (Benites, 2020a).

12 “[...] Em nossos costumes, frieza, ‘mboraywu he’yn’, já é uma doença”. Cf. Benites, 2020a.

O não retorno às aldeias, fato decorrente de entraves logísticos, morais e, em alguns casos, físicos – como se observa em territórios indígenas que instituíram barreiras sanitárias –, provocou às/aos indígenas antropólogos/os uma frustração frente à lógica urbana. A partir de então, floresceu – porque tal semente já estava enraizada nas trajetórias de vidas aqui estudadas, como menciona Benites (2020) – a possibilidade de (re)constituição de cosmologias e percepções ancestrais, agora repensadas a partir do contexto pandêmico.

É interessante notar que o indígena e antropólogo João Ramos¹³, ao refletir sobre os impactos da pandemia em sua aldeia, compara a situação de abandono de seus parentes com o contexto dos moradores de habitações populares da periferia urbana (Ramos, 2020). Assim como Benites, o autor enxerga claro paralelo entre a negação da cidadania e a violação de direitos que transpassam as categorias mencionadas:

Onde estão nossos “defensores” quando mais precisamos deles? E onde nós nos encontramos em tudo isso, quando o caldo está cada vez mais engrossando para o nosso lado? A resposta é simples: no mesmo lugar onde sempre estivemos desde o início da conquista destes territórios, em último plano, pois assim como as vidas dos “favelados” nos grandes centros urbanos, nossas vidas valem menos do que as deles (*tomagii*). Teria sido bom se nunca tivessem chegado aqui, assim não estaríamos tendo nossas vidas sendo ceifadas por doenças que não são do nosso mundo (Ramos, 2020).

Em determinado momento de seu texto, redigido para o projeto “Corpos que Falam”, o antropólogo relembra o passado de seus familiares e de seu povo para compreender as violências ocasionadas pelo surgimento da Covid-19, fato presente em inúmeros outros relatos coletados (Barreto, S., 2020; Fontes, 2020; Gouveia, 2020; Rezende, 2020b).

Embora o retorno ao passado para a formulação de explicações dos eventos do cotidiano presente não seja um processo inovador entre os povos indígenas brasileiros (Lévi-Strauss, 1991), os relatos assim produzidos, em meio à quarentena, se destacam à medida que evidenciam rupturas com a sociedade majoritariamente urbana e ocidental.

13 Indígena do povo Ticuna e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

Nelly Barbosa Duarte Dollis¹⁴, por exemplo, traz a contraposição entre duas cosmologias conflitantes em um relato seu, constante no projeto “Corpos que Falam” (Dollis, 2020):

Tradicionalmente falando, os mais velhos são importantes para as populações indígenas. É uma perda irreparável. Não somos os brancos (*nawa-rasin*) que só dão importância aos conhecimentos que estão nos papéis. Nossa riqueza está na memória dos mais velhos. Como Marubo, digo que é o que nos torna *yura-kuin*, “gente de verdade”. É pavoroso imaginar que mais cedo ou mais tarde esse inimigo invisível chegará à minha região.

Ainda nesse sentido, João Paulo Lima Barreto¹⁵, em texto redigido para o projeto “Pandemias Amazônicas” (Barreto, J., 2020), tece comentários sobre a *nikuporãtise*, a partilha fundada na reciprocidade de ações concretas, produto da unidade social vigente na aldeia. O autor relata que, entre os Tukano, não se partilham os excedentes, se partilha o que se tem, e que essa ação não pode ser reduzida ao ato de “doar”, já que está ligada à solidariedade e a uma obrigação moral. Os seres do domínio aquático, terrestre e aéreo também compõem essa rede de relações, logo, também é preciso compartilhar o que se tem com eles.

Sendo assim, João Paulo Lima Barreto contrapõe as práticas indígenas do povo Yepamahsã às práticas vigentes no cotidiano para além das fronteiras das aldeias, traçando uma clara distinção entre dois modelos de relações interpessoais: o primeiro marcado pela partilha e a solidariedade, e o segundo pela desconsideração do Outro. Essa distinção também foi feita por Viveiros de Castro (2007), que situa as relações indígenas amazônicas na categoria da reciprocidade, da comunicação entre sujeitos humanos e não

14 Indígena do povo Marubo e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

15 Indígena do povo Yepamahsã (Tukano) e doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Assim como Sílvio Sanches Barreto, compõe o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM).

humanos¹⁶, e indica as relações entre brancos como produtos da tradição filosófica e cosmológica ocidental moderna, pertencentes à categoria da produção.

No entanto, é de extrema importância mencionarmos, aqui, que não buscamos cristalizar cosmologias, muito menos agrupar as inúmeras expressões culturais indígenas existentes em território brasileiro sob um signo aglutinador e generalizante, haja vista que a análise de cada cosmologia mencionada pelas/os autoras/es abriria espaço para outras produções científicas próprias. Tendo em vista as limitações e o escopo deste trabalho, escolhemos não adentrar nas múltiplas variações internas de cada cosmologia abordada.

Mas não nos escapam as considerações trazidas por Fredrik Barth, que destaca o modo pelo qual as cosmologias e as culturas estão sempre em processo de criação e recriação, transformando os limites entre o pessoal e o social, e entre o individual e o cultural em divisões menos aparentes (Barth, 1987). Nesse sentido, cabe questionarmos como as percepções de indígenas antropólogas/os, em meio ao contexto pandêmico, são transformadas pelo confronto entre uma cosmologia advinda de seus parentes e povos, e outras, impostas e percebidas por elas/es no âmbito urbano.

Quando Sandra Benites e Eliene Sacuena, por exemplo, utilizam a metáfora da cidade como prisão, especialmente diante da implementação do isolamento social, parecem estar reafirmando uma cosmologia ancestral, e ao mesmo tempo, por vivenciarem a realidade das cidades, estão construindo novas interpretações cosmológicas¹⁷.

16 Como menciona Viveiros de Castro: “Se pudéssemos caracterizar em poucas palavras o que seria uma atitude básica de todas as culturas indígenas do continente, eu diria que as relações entre uma sociedade e os componentes de seu ambiente são pensadas e vividas como relações sociais, isto é, como relações entre pessoas” (Viveiros De Castro, 2007: 87). Todavia, José Paulo Lima Barreto, em sua dissertação de mestrado, desenvolve a ideia de que, para ele, “peixe não é gente”: “O que estou querendo dizer aqui, objetivamente, é que peixe, a exemplo de qualquer outro animal, é apenas um animal, com os quais os humanos não estabelecem relações do tipo entre sujeitos (...) e muito menos que ele tem um ‘ponto de vista’ humano, na condição de sujeito, como sugere Viveiro de Castro”. Cf. Barreto, J., 2013. Ressalto esses trechos para que possamos entender que a cosmologia indígena de que tratam os autores pode ser compreendida sob perspectivas distintas, algumas envolvendo a noção de que os seres integrados ao meio ambiente são entendidos como sociais, já outras envolvem a noção de que animais não estabelecem relações sociais com seres humanos. O que se depreende da comparação entre os trabalhos é que as aldeias da Amazônia indígena têm relações de reciprocidade e partilha, enquanto os não indígenas têm relações marcadas pela desconsideração do Outro.

17 Como já mencionado, este último comentário escapa ao escopo deste trabalho, mas como ele surgiu em debates do Grupo de Trabalho GT.08: Epistemologias e corpos contra hegemônicos nas lutas e conquistas por direitos: a urgência de outras perspectivas em disputa, do VII Encontro Nacional de Antropologia do Direito (VII ENADIR), julgamos importante mencioná-lo. Nessa ocasião, apresentamos um *paper* baseado na iniciação científica que originou o presente trabalho.

A produção de medidas sanitárias voltadas à contenção dos efeitos e da propagação do novo coronavírus abre margem para que, a partir dos relatos das/os autoras/es, apreendamos o confronto entre cosmologias da reciprocidade e da produção, cuja tensão é evidenciada pelos impactos da pandemia. A título de exemplo, a antropóloga Chirley Maria de Souza Almeida Santos Pankará¹⁸ destaca a importância dos conhecimentos tradicionais na cura das/os membras/os das aldeias e evidencia que esse é um processo coletivo, vivenciado e compartilhado pela aldeia em comunhão com as/os anciãs/ões que detêm as práticas de cuidado:

(...) nós indígenas não abandonamos nossos chás, nossas rezas e a menção aos nossos encantos e os seres espirituais, para que possam nos livrar deste mal que se alastra e tem feito tantas vítimas. Nossas rezadoras fazem, frequentemente, o uso dos chás, como de alho, limão, quina, entre outros. (...) Cada povo indígena tem suas referências, técnicas medicinais e orientações tradicionais. Sempre que entro em contato com minha mãe e avó, discutimos sobre esses cuidados, tanto para os que são do nosso núcleo familiar, quanto os que estão fora dos seus territórios tradicionais. Para o cuidado baseado em nossa ciência tradicional é fundamental o apoio dos mais velhos. Como nossos “etnopsicólogos”, os mais velhos têm fundamental importância nesse período em que muitos estão abalados, enlutados e sem saber o que será da nação no pós-pandemia. Esse contato precioso, que é importantíssimo para nós, hoje está prejudicado por conta da impossibilidade de contato com os idosos. Eles são nossas bibliotecas vivas e, quando partem, deixam um vazio que jamais será preenchido (Santos, 2020: 4).

É a partir da noção de solidariedade e comunhão que as concepções ancestrais envolvidas no cuidado entre as/os indígenas se articulam para atingir sua finalidade: a proteção e a cura. Nesse sentido, a solidariedade entre esse grupo também nos permite compreender que outros objetivos são articulados sob essa práxis, o que será abordado a seguir, no próximo eixo temático.

Solidariedade indígena e resistência política: práticas estruturadoras de atuação frente à pandemia

[...] Nossos parentes [...] nos fortaleceram nessa caminhada. E essa caminhada não é apenas nossa, enquanto indígenas antropólogos, mas de todos os nossos antepassados, de todos os nossos territórios, de todos

¹⁸ Conhecida por participar como co-deputada estadual pelo mandato coletivo da Bancada Ativista (PSOL), Chirley Pankará é antropóloga e indígena do povo Pankará. É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP).

os nossos seres visíveis e invisíveis, todos os nossos espíritos sagrados, [...] toda a nossa história [...] reflete o nosso coletivo, o nosso corpo, espírito, território e todos aqueles que estão conosco, que constroem nosso ser, nossa essência indígena [...] de onde nós viemos e de onde trazemos nosso nome e a nossa história¹⁹.

Para enfrentar o desencontro de corpos, vozes e cosmologias produzido pela pandemia, as/os autoras/es estudadas/os desenvolveram articulações e resistências diversas. Em entrevista concedida no dia 26 de fevereiro de 2021, Eriki Aleixo de Melo nos relatou a importância das organizações de apoio ao longo de sua trajetória de vida (Melo, 2021), especialmente quando teve a oportunidade de retornar à sua aldeia, em Serra da Moça, durante sua adolescência, e se formar no Ensino Médio em uma comunidade indígena. Nesse sentido, durante a pandemia, se aproximou, através de reuniões virtuais, da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA), ainda em seu momento de construção.

Produto de mobilizações nacionais, a ABIA se constituiu a partir do desejo de articulação entre a produção acadêmica protagonizada por indígenas brasileiras/os, os movimentos sociais desses grupos e seus projetos de autodeterminação epistêmica, científica e territorial. Segundo Melo (2021), a ABIA teve papel fundamental no cultivo da esperança em meio a tempos pandêmicos, bem como no exercício da solidariedade entre diferentes indígenas inseridas/os em contexto acadêmico, na urgência pelo estabelecimento da autonomia desses povos no campo da antropologia.

Entretanto, importa pontuar, aqui, que o debate acerca da autonomia das/os indígenas antropólogas/os nessa seara ainda se mostra controverso. Segundo Gersem Baniwa, a autonomia pautada pela ABIA deve ser estratégica, atenta ao fato de que forças políticas, econômicas e acadêmicas constroem estruturas de poder que dificultam a participação política desse grupo²⁰. Ainda assim, a articulação se justifica pela necessidade e relevância da atuação conjunta, bem como das múltiplas formas de constituição de táticas de resistência no país, especialmente em uma época marcada por inúmeras violações aos territórios indígenas (Lima; Melo, 2020).

19 Trecho retirado de fala de Elisa Urbano Ramos Pankararu, no vídeo de lançamento da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6yPP04ofXXM>. Acesso em: 19 nov. 2023.

20 Informação verbal produzida no vídeo de lançamento da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA).

No que tange a outras modalidades de resistência, Joziléia Daniza Jagso Inácio Schild Kaingang²¹, em entrevista concedida ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural (Nieto, 2020), discorre sobre a importância da sociedade civil na construção de diálogos efetivos com órgãos governamentais que tratam dos direitos e da saúde dos povos indígenas brasileiros, tais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

A fim de organizar formas de enfrentamento à pandemia, diversas lideranças indígenas do país, incluindo Joziléia Kaingang, foram convocadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)²² para uma série de reuniões em 2020. Criada pelo movimento “Acampamento Terra Livre” (ATL), em 2005, a APIB é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, aglutinando as organizações regionais com o intuito de reivindicar o cumprimento dos direitos desses grupos e de mobilizar defesas contra as agressões vivenciadas nas últimas décadas.

Em junho de 2020, foi publicado o Plano de Enfrentamento indígena à Covid-19²³, documento que orienta as ações das organizações vinculadas a APIB e instituições parceiras, cujas propostas são produto de processos participativos e democráticos realizados entre esses povos, de maneira virtual em 2020: o Acampamento Terra Livre e a Assembleia Nacional de Resistência Indígena. A partir das reuniões de construção do Plano elaborado pela APIB, surgiram subgrupos voltados a regiões específicas do país. Com isso, Joziléia Kaingang tornou-se uma figura relevante do grupo indígena do Sul, composto por lideranças do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A atuação de Joziléia Kaingang é plural: ela era integrante, até 11 de novembro de 2022, do mandato coletivo “Coletiva Bem Viver”, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), de orientação ecossocialista. Além disso, é consultora, desde 2020, do projeto ONU Mulheres, no qual atua pautando os direitos das mulheres indígenas no contexto da pandemia.

21 Indígena do povo Kaingang e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC).

22 Atualmente, a APIB é composta pelas seguintes organizações regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre>. Acesso em: 17 nov. 2023.

23 Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em 19 nov. 2023.

Em seminário organizado pela APIB e pelo Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Joziléia Kaingang abordou um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelas instituições participantes no enfrentamento da pandemia, dando destaque à conexão entre ataques a direitos, invasão e contaminação de territórios indígenas e aumento de vulnerabilidade social em meio à pandemia. Também mencionou, brevemente, a necessidade de operacionalização das recomendações de saúde para contextos de aldeias, de serviços de saúde e das Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI)²⁴.

Felipe Sotto Maior Cruz Tuxá²⁵, por sua vez, redigiu artigo que trata do impacto da pandemia em territórios indígenas brasileiros, destacando os atos de resistência como um dos efeitos mais significativos:

A pandemia intensificou os conflitos ambientais que afetam os povos indígenas, tanto amplificando conflitos, mas também desencadeando novos atos de resistência e autoproteção das vidas indígenas e territórios. [...] Encontramos casos confirmados e mortes entre os povos indígenas centrados em pontos turísticos, locais de mineração e outros projetos de desenvolvimento [...]. Em nível nacional, os movimentos indígenas, que cresceram em força e número na luta contra a "política de extermínio" de Bolsonaro e por meio do engajamento de jovens indígenas com acesso ao ensino superior, foram capazes de recorrer às redes sociais e processos judiciais conduzidos pelos indígenas para ajudar a neutralizar o 'genocídio por omissão' que foi agravado pela pandemia (Menton *et al.*, 2021). [Tradução nossa].

Permeando todas as estratégias de resistência, o sentimento de solidariedade cultivado entre inúmeros povos brasileiros pode ser entendido como elemento imprescindível para as/os autoras/es estudadas/os no presente trabalho.

Eriki Aleixo de Melo relatou a importância da ABIA para dar sentido à sua aflição vivenciada em 2020 (Melo, 2021). Dagoberto Lima Azevedo²⁶, por sua vez, comentou, em áudio enviado ao projeto “Reflexões Ameríndias em tempos de pandemia”, que o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena da Universidade Federal do Amazonas (NEAI/UFAM) representa uma verdadeira família para ele (Portal Amazônia 1, 2021). Eliene Putira, em entrevista concedida em fevereiro de 2021, comentou sua atuação na

24 Cf. ALARCON, *et al.*, 2020.

25 Indígena do povo Tuxá e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB).

26 Indígena do povo Tukano e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM).

criação de materiais educativos com outras/os estudantes indígenas para orientar os povos da Amazônia acerca da Covid-19, utilizando, para isso, inúmeras linguagens indígenas nesses materiais, além do que assessorou uma associação de estudantes indígenas na UFPA, realizando encaminhamentos a psicólogas/os, e, por fim, organizou, com a ajuda de outras/os colegas, cestas básicas às/aos indígenas situadas/os em Belém, longe de suas famílias (Rodrigues, 2021). Sandra Benites, isolada em contexto urbano, contou com a ajuda de seus parentes, que lhe trouxeram alimentos e a auxiliaram em tarefas pontuais, fato que a fez lembrar da vida nas aldeias (Benites, 2020b).

Um dos relatos mais interessantes que coletamos foi o de Thayná Donato Gomes Potiguara²⁷ e outras/os autoras/es, enviado para o projeto “Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19 – PARI-c”. No texto, abordaram a problemática hídrica na aldeia Malhador, em Pernambuco, e o modo pelo qual a aldeia agiu em conjunto para solucioná-la, em meio à pandemia. Por conta do receio de contaminação nos centros urbanos, as/os indígenas desenvolveram estratégias para lidar com a falta de água a partir do projeto "Plantando Água", que envolveu a construção de cisternas na Serra do Malhador. O projeto contou com doações advindas de parentes e desconhecidos e com a utilização dos próprios recursos da aldeia, que se mobilizou em um mutirão para a construção das cisternas de maneira autônoma (Julião Pankararu *et al.*, 2021).

A construção dessas articulações foi marcada pela solidariedade entre indígenas, um componente norteador de suas resistências políticas. Aumentaram as articulações, as políticas de combate e as ações de solidariedade porque aumentou o diálogo entre diferentes povos indígenas brasileiros.

Sendo assim, localizamos fortes pontos de confluência nos textos coletados nesta pesquisa: a centralidade dos conhecimentos ancestrais partilhados em conjunto com parentes, bem como a importância de articulações entre diferentes povos visando à solidariedade, ao enfrentamento político e à constituição de estratégias múltiplas, tendo a autonomia e a autodeterminação desses povos como elemento norteador.

Considerações finais

Estamos lidando com dois modelos de conhecimento diferentes. O nosso, indígena, construído via oralidade, e o modelo ocidental,

²⁷ Indígena do povo Potiguara e graduada em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

preponderantemente construído via escrita. Esse modelo ocidental sempre olhou para outros modelos de conhecimentos como não ciência porque, aparentemente, não cumprem com requisitos considerados fundamentais como a objetividade. Daí, vem o fato dos não indígenas olharem para o nosso conhecimento como algo que não tem lógica, conceitos formais ou experimentação, mas consideramos esse ponto de vista equivocado (Universidade Federal do Amazonas, 2021).

Optamos por iniciar a conclusão deste trabalho com uma fala de João Paulo Lima Barreto, primeiro indígena a defender uma tese de doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas. No vídeo de exibição síncrona da banca examinadora, realizada no dia 04 de fevereiro de 2021, inúmeras pessoas expressavam sua felicidade diante da conquista de Barreto, cujo trabalho foi aprovado.

João Barreto foi um dos poucos doutores que conseguimos localizar nos meses de busca e sistematização de dados desta pesquisa. Apesar da longa existência de seu povo, bem como as de muitos outros povos ameríndios, a presença indígena nas universidades brasileiras ainda é recente (Cruz, 2017), o que nos permite visualizar raízes históricas na sua invisibilização.

Ademais, importa pontuar que cerca de metade (51,8%) das/os autoras/es listadas/os no banco de dados do projeto de iniciação científica que originou o presente trabalho está associada a alguma instituição pública de ensino superior da região Norte do país, com especial destaque para a Universidade Federal do Amazonas²⁸. Sabe-se que a região é a que concentra maior quantidade de povos indígenas no Brasil²⁹, o que pode oferecer indícios da maior presença de pesquisadoras/es desse contingente.

Todavia, gostaríamos de frisar que o PPGAS/UFAM ofereceu significativo apoio às/aos estudantes indígenas durante o período pandêmico tendo criado uma plataforma para que fossem ouvidas/os: projeto “Pandemias na Amazônia”. Logo, a expressiva quantidade de produções das/os pesquisadoras/es indígenas da UFAM talvez não seja meramente consequência numérica da presença indígena na região Norte, mas resultado de ações concretas voltadas à valorização dos conhecimentos e das vozes dos povos autóctones.

²⁸ Informações sistematizadas no banco de dados da iniciação científica que originou o presente trabalho.

²⁹ “Os Povos Indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil, sendo aproximadamente 37,4% do total”. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?start=1>. Acesso em: 12 set. 2021.

Acerca dessas vozes, em diversas das publicações localizadas, identificamos o enfoque direcionado a projetos que buscam estudar as violações de direitos fundamentais e a autodeterminação dos povos tradicionais. Além disso, enquanto escrevemos o relatório da iniciação científica, em agosto de 2021, mais de seis mil indígenas, de 176 povos diferentes, se reuniram no Acampamento pela Vida, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Após adiar o julgamento do Projeto de Lei nº 490, que prevê alterações nas regras de demarcação de terras indígenas, o Supremo Tribunal Federal enfrenta a discussão em torno da chamada tese do “Marco Temporal”³⁰.

Diante desse contexto, retomamos algumas considerações trazidas no projeto inicial deste trabalho^[AP4]. Segundo Mariza Peirano (1985: 85), o fazer antropológico brasileiro está permeado por uma responsabilidade cívica, pois a atuação enquanto cientista social também implica uma atuação política, o que, por sua vez, proporciona uma nova maneira de pensar a categoria de “antropóloga/o cidadã/o”.

A proposta desta pesquisa, voltada para indígenas antropólogas/os e as políticas públicas direcionadas a suas comunidades, nos permitiu compreender pontos de aproximação e de afastamento entre as/os diferentes pesquisadoras/es, o que pode auxiliar a demonstração das potencialidades de olhares não hegemônicos frente a um contexto que atinge desigualmente pessoas transpassadas por múltiplos marcadores sociais a, como raça-etnia, gênero, idade, etc.

Ao refletirmos sobre o presente trabalho, não podemos ignorar o fato de que esta iniciação científica, tal como outras atuações de antropólogas/os brasileiras/os, está atrelada a uma responsabilidade cívica e a uma atuação que ultrapassa a suposta neutralidade acadêmica.

Entender de que modo a solidariedade entre povos indígenas é constituinte de projetos de resistência política envolve não somente a defesa de territórios, mas o entendimento de que é na articulação entre território, saúde, educação e direitos que reside a defesa da vida indígena no Brasil. Logo, assim como exclama Elisa Urbano Ramos

30 A tese do “Marco Temporal” se reporta à data da promulgação da Constituição brasileira, dia 5 de outubro de 1988, a fim de estabelecê-la como referencial objetivo para o reconhecimento de direitos sobre as terras ocupadas por povos indígenas do país. Isso significaria que terras tradicionalmente ocupadas por esses povos antes de 05/10/1988 seriam reconhecidas para demarcação, enquanto as de ocupação posterior não serão reconhecidas.

Pankararu, em sua fala no evento de lançamento da ABIA, o compromisso com essa solidariedade é um dever coletivo, abarcando pessoas indígenas e não indígenas.

Em um contexto intensamente dramático e violento, como o que vivenciamos após a chegada da Covid-19, e considerando a ainda recente participação indígena na academia, compreendemos que a leitura e apreensão de produções textuais e audiovisuais indígenas antropólogas/os se faz urgente.

Por fim, esperamos que a metodologia e os resultados finais possam contribuir para ampliar a percepção de questões indígenas e o papel da antropologia do direito nesse contexto de disputas, violações, mortes e resistências plurais. Sendo assim, compreendemos que as produções de indígenas antropólogas/os nos possibilitam visualizar caminhos que entrelaçam política e academia, fazer antropológico e responsabilidade cívica, além de nos possibilitar um entendimento mais holístico das problemáticas pertinentes à interlocução entre direito e sociedade civil.

Referências

ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lúcia; SANTOS, Ricardo Ventura; SCHILD, Joziléia Daniza Jagsó Inácio. 2020. **Vulnerabilidades, impactos e o enfrentamento ao Covid-19 no contexto dos povos indígenas**: reflexões para a ação. Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/relatorio-tecnico-vulnerabilidades-impactos-e-o-enfrentamento-ao-covid-19-no-contexto-dos>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANPOCS. 2020. ANPOCS — CL08: Produção e autonomia indígena em tempos de covid-19. Disponível em: https://youtu.be/XndQsT_8kQ8. Acesso em: 19 nov. 2023.

AZEVEDO, Dagoberto Lima.; FERNANDES, Jaime Moura; GOUVEIA, Jonilda Hauwer; SALGADO, Liliane Lizardo; BARRETO, Sílvio Sanches; REZENDE, Justino Sarmiento. 2021. Breves narrativas indígenas sobre a infecção, tratamento e a cura do Coronavírus em Manaus, Brasil. **Mundo Amazônico**, [S. l.], v. 12(1): 201-215. DOI: 10.15446/ma.v12n1.88515. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/88515>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11: 89-117.

BARRETO, João Paulo Lima. 2020. Quarentena: um tempo de remorso de uma experiência dolorosa. **InfoAmazonia**. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/04/10/portugues-quarentena-um-tempo-de-remorso-de-uma-experiencia-dolorosa/#!/story=post-51510>. Acesso em: 16 nov. 2023.

_____. 2013. **Wai-Mahsã**: peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4629>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARRETO, Silvio Sanches. 2020. Transmutar do coronavírus em leite e espuma de buiuu. **InfoAmazonia**. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/03/23/portugues-transmutar-do-coronavirus-em-leite-e-espuma-de-buiuu/#!/story=post-51508>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BARTH, Friedrik. 1987. **Cosmologies in the Making**: A Generative Approach to Cultural Variation in Inner New Guinea. Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology. Cambridge: Cambridge University Press.

BENITES, Sandra. 2020a. Piração. **Corpos que falam**. Disponível em: <https://corposquefalam.weebly.com/escritas/piracao-sandra-benites-ppgasmnufrj>. Acesso em: 18 nov. 2023.

_____. 2020b. Zap da Quarentena I. **Corpos que falam**. Disponível em: <https://corposquefalam.weebly.com/escritas/zap-da-quarentena-i>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. 2017. Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11(2). Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15949/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DOLLIS, Nelly Barbosa Duarte. 2020. Zap da Quarentena V. **Corpos que falam**. Disponível em: <https://corposquefalam.weebly.com/escritas/zap-da-quarentena-v-nelly-barbosa-duarte-dollis-ppgasmnufrj>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FLEISCHER, Soraya. 2007. Antropólogos “anfíbios”? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Anthropológicas**, v. 11(18): 37-70.

FONTES, Francineia Bitencourt. 2020. **Lembranças do passado e o medo do presente**: nós indígenas diante da pandemia. *Amazônia Real*. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lembrancas-do-passado-e-o-medo-do-presente-nos-indigenas-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOUVEIA, Jonilda Hauwer. 2020. Pandemias e “brancos”: relatos de como sobreviver. **Reflexões Ameríndias em tempos de pandemia**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZHkE4oKeopAWFSAQdtyuDkQs7ddlQf0X/view>. Acesso em: 19 nov. 2023.

JULIÃO PANKARARU, Cristiane; ANDRADE, Lara Erendira Almeida de; LIMA, Paulidayane Cavalcanti de; SIQUEIRA KAPINAWÁ, Socorro; GOMES POTIGUARA, Thayná Donato. 2021. Plantando água: uma experiência de autonomia hídrica no

Semiárido brasileiro como estratégia de enfrentamento à pandemia. **Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19**, vol. 1(4). Disponível em: <http://www.pari-c.org/artigo/27>. Acesso em 25 jun. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1991. **História de Lince**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Ariene dos Santos; MELO, Eriki Aleixo. 2020. Pandemia e Territórios Indígenas em Roraima. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida; Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Eriki Aleixo Wapichana. (Org.). **Pandemia e Território**. 1ed. São Luís: Uema Edições, v(1): 287-314.

MELO, Eriki Aleixo. 2021. **Entrevista II**. [26.02.2021]. Entrevistador: Daniel Lucas Dejavite Biagio. Plataforma virtual. arquivo .mp4 (75min.).

MENTON, Mary; MILANEZ, Felipe; SOUZA, Jurema Machado de Andrade Souza; CRUZ, Felipe Sotto Maior. 2021. The COVID-19 pandemic intensified resource conflicts and indigenous resistance in Brazil, **World Development**, v. 138. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105222>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NIETO, Valentina. 2020. **Articulações e aprendizados com a Frente Indígena e Indigenista de Prevenção e Combate do Coronavírus (COVID-19)**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural. Florianópolis, 29/04/2020. Disponível em: <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/articulacoes-e-aprendizados-com-a-frente-indigena-e-indigenista-de-prevencao-e-combate-do-coronavirus-covid-19-em-terras-indigenas-da-regiao-sul-do-brasil-uma-entrevista-com-jozileia-kaingang/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Os custos sociais de uma pandemia. 2020. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/os-custos-sociais-de-uma-pandemia/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PEIRANO, Mariza. 1985. O antropólogo como cidadão. **Dados**, v. 28(1):27-43.

PORTAL AMAZÔNIA. 2021. Grupo de Pesquisa da Ufam reúne reflexões de alunos indígenas durante a pandemia de coronavírus; ouça os áudios. **Portal Amazônia**, Manaus. Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/educacao/grupo-de-pesquisa-da-ufam-reune-reflexoes-de-alunos-indigenas-durante-a-pandemia-de-coronavirus-ouca-os-audios>. Acesso em: 20 nov. 2023.

QUEIROZ, Christina. 2020. Vulnerabilidade histórica. **Revista Pesquisa FAPESP**. São Paulo. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/vulnerabilidade-historica/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

RAMOS, João. 2020. Onde estamos, para onde vamos, e quem irá olhar por nós. **Corpos que falam**. Disponível em: <https://corposquefalam.weebly.com/escritas/onde-estamos->

para-onde-vamos-e-quem-ira-olhar-por-nos-joao-ramos-ppgasmnufj. Acesso em: 14 mar. 2021.

REZENDE, Justino Sarmiento. 2020a. Enterro e Cremação dos Falecidos: Covid-19 atinge as raízes das cerimônias rituais fúnebres dos povos do noroeste amazônico e o povo Yanomami?. **Reflexões Ameríndias em tempos de pandemia**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mEAGERTVvTHMY3VrPV_FhTk9wINsUOsH/view. Acesso em: 19 nov. 2023.

_____. 2020b. “O coronavírus me faz lembrar!”. **InfoAmazonia**, 2020b. Disponível em: <https://www.dev.infoamazonia.org/2020/03/22/portugues-o-coronavirus-me-faz-lembrar/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RODRIGUES, Eliene dos Santos. 2021. **Entrevista I**. [25.02.2021]. Entrevistador: Daniel Lucas Dejavite Biagio. Plataforma virtual, 2021. arquivo .mp4 (85min.).

SALGADO, Liliane Lizardo. 2020. O impacto do Covid19 entre o povo hupd’äh. **Reflexões Ameríndias em tempos de pandemia**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1otaWnsNJtHUBo310dqZMLhWcYovyZ4FA/view>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SANTOS, Chirley Maria de Souza Almeida. 2020. Covid-19 e o impacto nas populações indígenas. **Ameríndios**. Disponível em: <https://amerindios.wixsite.com/acao/artivos-e-textos>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUZA, Alexandre Aniceto. 2020. “Resistir ou fugir” – A estratégia Waiwai no enfrentamento da COVID-19. **InfoAmazonia**. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/06/12/portugues-resistir-ou-fugir-a-estrategia-waiwai-no-enfrentamento-da-covid-19/#!/story=post-51517>. Acesso em: 16 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. 2021. *Primeiro indígena a defender doutorado em Antropologia Social na Ufam, João Paulo Barreto, tem banca marcada para dia 4 de fevereiro*. Ufam, 02 fev. 2021. Disponível em: <https://ufam.edu.br/ultimas-noticias/2179-primeiro-indigena-a-defender-doutorado-joao-paulo-barreto-tem-banca-marcada-para-dia-4-de-fevereiro.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2007. Perspectivismo indígena In: RICARDO, B. e ANTONIO GIOVANNI, M. **Visões do Rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 84-92.